

RESOLUÇÃO N.º 174, DE 18, DE JUNHO DE 1991.

Homologa convênio celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Saúde, e a Prefeitura Municipal de Unaí - Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto no artigo 63, III da Lei Orgânica do Município de 21.03.1990 combinado com o disposto no artigo 45, inciso I, alínea "c", da Resolução 164, de 06 de novembro de 1.990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica homologado, em todos os termos, o convênio celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Saúde, e a Prefeitura Municipal de Unaí, Estado de Minas Gerais, tendo por objeto a alocação de recursos destinados à manutenção das Unidades de Saúde do Município.

Art. 2º O convênio a que se refere o artigo anterior passa a fazer parte integrante desta Resolução:

CONVÊNIO N.º 167/90

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM A UNIAO FEDERAL, ATRAVÉS DO MUNISTÉRIO DA SAÚDE, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS, OBJETIVANDO APRIMORAR A EXECUÇÃO E A COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

Aos 31 de dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos noventa, a UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério da Saúde, doravante denominado MINISTÉRIO e a Prefeitura Municipal de Unaí, doravante denominada de EXECUTOR, inscrita sob o CGC n.º 18.125.161/0001-77, neste ato representados receptivamente pelos doutores Augusto Carlos Garcia Viveiros, Secretário de Administração Geral do Ministério da Saúde e Sebastião Alves Pinheiro, Prefeito Municipal, considerando a necessidade de ser implementada uma ação conjunta e integrada, para o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde, resolvem celebrar o presente, observados, no que couber, os termos das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 2.300, de 21 de novembro de 1986, com alterações do Decreto lei n.º 2.348, de 29.07.87, e do Decreto Lei Nº. 2.360, de 16.09.87; do Decreto n.º 98.872, e na Instrução Normativa n.º12, de 27 de outubro de 1988, da Secretaria do Tesouro Nacional, e finalmente na Lei n.º 7.999, de 31.01.90, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O Presente convênio tem por objeto alocar recursos destinados a manutenção das Unidades de Saúde do Município, inclusive materiais de uso médico-ambulatorial e medicamentos, visando aprimorar a execução e coordenação dos serviços de saúde, entendidos esses como um conjunto integrado de serviços prestados às pessoas e às comunidades e para melhoria do ambiente necessário à preservação da saúde, a prevenção e o tratamento das afecções e doenças mais comuns da população, buscando integração no Sistema Unificado de Saúde - SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO MINISTÉRIO - O MINISTÉRIO Compromete-se:

1.1 - pagar ao EXECUTOR o valor necessário à execução do objeto do presente convênio, de acordo com a Cláusula Terceira;

1.2 - aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários a implantação do plano do trabalho;

1.3 - examinar e aprovar através do seu orago técnico competente, o Plano de Trabalho elaborado pelo EXECUTOR, bem com as suas reformulações;

1.4 - acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do convênio, direta ou indiretamente, através de seus órgãos ou entidades;

1.5 - analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos destinados pela União por força do presente Convênio.

II DO EXECUTOR - O EXECUTOR Compromete-se;

2.1 - prestar contas dos recursos financeiros que lhe forem transferidos, nos termos da legislação;

2.2 - elaborar e encaminhar ao MINISTÉRIO, para aprovação, o Plano de trabalho de acordo com o objetivo do presente convênio;

2.3 - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

2.4 - aplicar os recursos recebidos do MINISTÉRIO, exclusivamente na conservação do objeto previsto na cláusula primeira, sendo-lhe vedado a utilização dos referidos recursos no mercado financeiro excetuadas as aplicações financeiras autorizadas através da legislação federal específica;

2.5 - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, que deverão ser emitidas em nome do EXECUTOR e devidamente identificadas com o número do

convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão, até o prazo de 05 (cinco) anos após a expiração do convênio;

2.6 - apresentar ao MINISTÉRIO os relatórios de execução, na forma da legislação pertinente e do estabelecido;

2.7- registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão;

2.8 - propiciar os meios e condições necessárias para que o MINISTÉRIO possa cumprir o estabelecido no item 1.4 retro; e

2.9 - requer, se for o caso, a prorrogação do prazo de vigência do presente até 30 (trinta) dias antes de sua expiração.

Parágrafo único. A prestação de contas a que se refere o item 2.4 retro, deverá ocorrer a cada 90 (noventa) dias a partir da vigência do presente e, cessada essa, após 30 (trinta) dias, devendo ser instruída da seguinte forma:

- 1- relatórios de execução do plano de trabalho;
- 2 - cópia dos contratos ou de outros instrumentos firmados com terceiros, quando for o caso;
- 3 - balancete financeiro ou demonstração de receita e despesa;
- 4 - relação dos pagamentos efetuados;
- 5 - conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- 6 - cópia do extrato da conta bancária vinculada ao convênio; e
- 7 - comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, se for o caso;

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), oriundos do orçamento do MINISTÉRIO, nos termos da Lei n.º 7.999, de 31.01.90, a contar da seguinte dotação orçamentária:

36101.13.075.0428.2312.0001 - Organização de Sistemas de Saúde
3.4.40.41..... - Transferências a Municípios/contribuições
Valor..... - Cr\$ 4.000.000,00
Empenho..... - N.º 1816, de 29.12.90

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

MINISTÉRIO transferirá os recursos previstos nesta cláusula, em favor do EXECUTOR, em conta específica, vinculada ao presente convênio, no Banco do Brasil S/A, onde serão movimentados.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A liberação da importância referida far-se-á de acordo com o Cronograma de Desembolso, integrante do Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A falta de prestação de contas no prazo estabelecido pelo MINISTÉRIO importará, se for o caso, na imediata suspensão das liberações subsequentes.

SUBCLÁUSULA QUARTA

E obrigatória a restituição pelo EXECUTOR ao Tesouro Nacional, de eventual saldo de recursos liberados pelo MINISTÉRIO, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão ou extinção do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA

O Município, considerando o disposto no artigo 17, da Lei 7.800, de 10/07/90, declara estar em condições de receber a transferência dos recursos e compromete-se, a qualquer tempo, a apresentar a documentação exigida.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA

É facultado ao órgão do MINISTÉRIO responsável pelo programa assumir a execução no caso de paralisação para evitar descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA E DOS ADITIVOS

O presente convênio terá vigência de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por até dois períodos, sucessivos de 12 meses, ou alterado, mediante a celebração do Termo Aditivo. O extrato de convenio deve ser publicado D.O.U. até 20 (vinte) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DA DESCISAO E DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas ou denunciado por qualquer dos

convenientes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou a qualquer tempo em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

No caso de rescisão do Convênio, o EXECUTOR obriga-se, a contar da data da rescisão, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a comprovar a aplicação de todos os recursos recebidos por força do convênio, aplicando-se, ainda, o disposto na subcláusula quarta, da cláusula terceira do presente Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte do EXECUTOR, o MINISTÉRIO determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, respeitados, sempre, os impedimentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para todos os efeitos, fica eleito o Foro de Justiça Federal do Distrito Federal.

E por estarem acordes, foi o presente convênio, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes, em 02 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas que também o assinam.

AUGUSTO CARLOS GARCIA VIVEIROS
Secretário de Administração Geral do
Ministério da Saúde.

SEBASTIAO ALVES PINHEIRO
Prefeito Municipal

Testemunhas

1.....

2.....

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 18 de junho de 1991.

VEREADOR ROSIVAL FRANCISCO DE OLIVEIRA
Presidente